



Conselho Europeu

Bruxelas, 27 de junho de 2024
(OR. en)

EUCO 15/24

CO EUR 12
CONCL 4

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	Reunião do Conselho Europeu (27 de junho de 2024) – Conclusões

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões adotadas pelo Conselho Europeu na reunião em epígrafe.

O Conselho Europeu realizou uma troca de pontos de vista com o presidente da Ucrânia sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e sobre o apoio da União Europeia à Ucrânia e ao seu povo.

*

* *

I. UCRÂNIA

1. O Conselho Europeu recorda as suas anteriores conclusões sobre o apoio continuado à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e reitera o compromisso inabalável da União Europeia de continuar a prestar apoio político, financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático à Ucrânia e à sua população durante todo o tempo que for preciso e com a intensidade que for necessária. A Rússia não pode levar a melhor. O Conselho Europeu condena veementemente a recente escalada das hostilidades por parte da Rússia, em especial a intensificação dos ataques contra civis e contra infraestruturas civis e críticas, especialmente no setor da energia.
2. No contexto do exercício pela Ucrânia do seu direito inerente de legítima defesa, o Conselho Europeu apela a que seja intensificada a prestação de apoio militar à Ucrânia. Em especial, são urgentemente necessários sistemas de defesa aérea, munições e mísseis, para proteger a população e as infraestruturas energéticas críticas da Ucrânia.
3. O Conselho Europeu analisou o trabalho feito em termos de prestação de apoio militar à Ucrânia, domínio ao qual é necessário dedicar mais esforços. Exorta o Conselho a concluir rapidamente os trabalhos sobre as medidas de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, que incentivarão ainda mais a prestação de apoio militar à Ucrânia. O Conselho Europeu congratula-se com os progressos realizados nas iniciativas lançadas por vários Estados-Membros em matéria de munições e mísseis, caças, defesa aérea e formação, e apela ao seu maior reforço e aceleração. A fim de melhor ajudar a satisfazer as necessidades das forças militares ucranianas em matéria de formação, a União Europeia está pronta a aumentar ainda mais a capacidade da Missão de Assistência Militar da União Europeia de apoio à Ucrânia (EUMAM Ucrânia).

4. Na sequência da adoção dos atos jurídicos da UE destinados a canalizar as receitas extraordinárias geradas pelos ativos imobilizados da Rússia para um maior apoio militar à Ucrânia, a capacidade da sua indústria de defesa e a sua reconstrução, o Conselho Europeu aguarda com expectativa o primeiro desembolso, que terá lugar neste verão.

O Conselho Europeu convida a Comissão, o alto representante e o Conselho a prosseguirem os trabalhos, abordando todos os aspetos jurídicos e financeiros pertinentes, com vista a proporcionar financiamento adicional à Ucrânia até ao final do ano sob a forma de empréstimos cujo serviço e reembolso sejam assegurados através de fluxos futuros das receitas extraordinárias, tendo por objetivo reunir, em conjunto com os parceiros do G7, tal como debatido na cimeira de Apúlia, cerca de 50 mil milhões de euros para apoiar as necessidades atuais e futuras da Ucrânia nos domínios militar, orçamental e da reconstrução. Sob reserva do direito da UE, os ativos da Rússia deverão permanecer imobilizados até que a Rússia cesse a sua guerra de agressão contra a Ucrânia e indemnize a Ucrânia pelos danos causados por esta guerra.

5. O Conselho Europeu saúda os compromissos conjuntos em matéria de segurança celebrados entre a União Europeia e a Ucrânia, bem como os novos acordos bilaterais em matéria de segurança celebrados com a Ucrânia por Estados-Membros e parceiros.
6. O apoio militar e os compromissos da UE em matéria de segurança ocorrerão no pleno respeito pela política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros e tendo em conta os interesses de todos os Estados-Membros em matéria de segurança e defesa.
7. O Conselho Europeu saúda os resultados da Cimeira sobre a Paz na Ucrânia, que teve lugar em 15 e 16 de junho de 2024 na Suíça. A União Europeia e os seus Estados-Membros prosseguirão os seus esforços para reunir o mais amplo apoio internacional, especialmente por parte dos principais países em desenvolvimento e economias emergentes, a uma paz abrangente, justa e duradoura, baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, em consonância com os princípios e objetivos fundamentais da Fórmula Ucrainiana para a Paz.

8. A União Europeia continua profundamente preocupada com o destino de todas as crianças e outros civis ucranianos ilegalmente deportados e transferidos para a Rússia e a Bielorrússia. O Conselho Europeu reitera o seu apelo urgente à Rússia e à Bielorrússia para que garantam imediatamente o seu regresso à Ucrânia em condições de segurança. Saúda as iniciativas destinadas a ajudar a trazer as crianças ucranianas de volta às suas famílias e comunidades, incluindo a Coligação Internacional para o Regresso das Crianças Ucranianas, na qual a União Europeia tem agora estatuto de observador.
9. O Conselho Europeu saúda os resultados da Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia, que teve lugar em 11 e 12 de junho de 2024 em Berlim. Tendo em conta a deterioração da situação humanitária, nomeadamente nas regiões ucranianas situadas na linha da frente, é imperativo continuar a prestar assistência humanitária e de proteção civil e assegurar o acesso humanitário. A União Europeia continua empenhada em apoiar a reparação, a recuperação e a reconstrução da Ucrânia, incluindo a assistência à desminagem, em coordenação com os parceiros internacionais. Neste contexto, na sequência da avaliação positiva, por parte do Conselho, do Plano para a Ucrânia, o Conselho Europeu acolhe favoravelmente o rápido desembolso de um montante máximo de 1,89 mil milhões de euros de pré-financiamento para ajudar a Ucrânia nos seus esforços de recuperação e reconstrução, particularmente urgentes no setor da energia.
10. O Conselho Europeu apela a que a União Europeia e os Estados-Membros, em coordenação com os parceiros, intensifiquem urgentemente o apoio ao setor da energia da Ucrânia. Convida a Comissão, o alto representante e o Conselho a acelerarem os preparativos para apoiar a Ucrânia durante o inverno.
11. O Conselho Europeu congratula-se com a recente renovação do mandato da Missão de Aconselhamento da UE na Ucrânia (EUAM). A Missão poderá assim intensificar os seus esforços nos territórios libertados e adjacentes da Ucrânia em apoio do restabelecimento do Estado de direito e do regresso dos serviços do Estado a essas zonas.

12. O Conselho Europeu congratula-se com a adoção do 14.º pacote de sanções contra a Rússia e com o acordo sobre novas medidas restritivas contra a Bielorrússia. Apela à aplicação plena e efetiva das sanções, bem como a novas medidas para combater a evasão às mesmas, nomeadamente através de países terceiros. A União Europeia continua pronta a limitar ainda mais a capacidade da Rússia para travar a guerra e insta todos os países a não fornecerem qualquer apoio material ou de outro tipo à guerra de agressão da Rússia.
13. A União Europeia mantém-se empenhada em que a Rússia e os seus dirigentes sejam plenamente responsabilizados por travarem uma guerra de agressão contra a Ucrânia e pelos outros crimes de maior gravidade nos termos do direito internacional, bem como pelos enormes danos causados pela sua guerra. O Conselho Europeu saúda os progressos realizados e incentiva a prossecução dos esforços em todas as vertentes de trabalho.
14. O Conselho Europeu congratula-se com a adoção do quadro de negociação e com a realização da primeira Conferência Intergovernamental sobre a adesão da Ucrânia. A União Europeia continuará a trabalhar em estreita colaboração com a Ucrânia e a apoiar os seus esforços de reforma na sua trajetória europeia.

II. MÉDIO ORIENTE

15. O Conselho Europeu debateu os acontecimentos mais recentes no Médio Oriente.
16. O Conselho Europeu reitera a sua mais veemente condenação dos ataques terroristas brutais perpetrados pelo Hamas e outros grupos terroristas contra Israel em 7 de outubro de 2023. Manifesta a sua total solidariedade e apoio a Israel e ao seu povo e reafirma o seu pleno empenhamento na segurança deste país e na estabilidade da região. Ao exercer o seu direito de se defender, Israel tem de cumprir plenamente as obrigações que lhe incumbem por força do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário, em todas as circunstâncias.

O Conselho Europeu salienta a importância de respeitar e aplicar as decisões do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que são juridicamente vinculativas.

17. O Conselho Europeu congratula-se com a adoção da Resolução 2735 do Conselho de Segurança da ONU. O Conselho Europeu apela à plena aplicação dos termos da proposta de cessar-fogo sem demora e sem condições, o que conduziria a um cessar-fogo imediato em Gaza, à libertação de todos os reféns, a um aumento significativo e sustentado do fluxo de ajuda humanitária em toda a Faixa de Gaza, e a um cessar-fogo e uma saída da crise duradouros, assegurando os interesses de Israel em matéria de segurança e a segurança dos civis palestinianos.
18. Recordando a necessidade de aplicar a decisão do TIJ de 24 de maio de 2024, o Conselho Europeu manifesta a sua profunda preocupação com as consequências para a população civil das operações terrestres em curso em Rafa.
19. O Conselho Europeu lamenta todas as perdas de vidas civis. Regista com a mais profunda preocupação o número inaceitável de vítimas civis, especialmente crianças, bem como os níveis catastróficos de fome e o risco iminente de fome extrema causado pela entrada insuficiente de ajuda em Gaza. Apela a todas as partes para que tomem todas as medidas possíveis para proteger as vidas civis. O Conselho Europeu reafirma a urgência do acesso pleno, rápido, seguro e sem entraves a ajuda humanitária em grande escala para os palestinianos necessitados, bem como a urgência de permitir que os trabalhadores humanitários e as organizações internacionais operem eficazmente no interior de Gaza e de facilitar esse trabalho. Neste contexto, salienta que os serviços prestados pela UNRWA em Gaza e em toda a região são essenciais e condena quaisquer tentativas de classificar uma agência da ONU como organização terrorista. O Conselho Europeu congratula-se com o plano de ação apresentado pela UNRWA, cuja aplicação será acompanhada de perto. O Conselho Europeu congratula-se com os esforços sustentados por parte da Jordânia e do Egito para desanuviar a crise, incluindo a conferência humanitária realizada na Jordânia em 11 de junho de 2024.

20. O Conselho Europeu condena os recentes ataques que danificaram as instalações do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em Gaza. Exorta todas as partes a tomarem todas as precauções possíveis para evitar danos a civis e a trabalhadores e instalações humanitários, bem como a concederem ao CICV acesso aos locais de detenção, em conformidade com as obrigações que lhes incumbem por força do direito internacional humanitário.
21. O Conselho Europeu condena veementemente a violência por parte de colonos extremistas que está a ocorrer na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental. Convida o Conselho a levar por diante os trabalhos sobre novas medidas restritivas contra os colonos extremistas. O Conselho Europeu apela também a um acesso seguro aos lugares sagrados e à manutenção do *statu quo*. O estatuto e o carácter especiais de Jerusalém e da sua Cidade Antiga, a inviolabilidade dos seus espaços sagrados e a viabilidade de todas as suas comunidades têm de ser preservados e respeitados por todos. O Conselho Europeu condena as decisões do Governo israelita de continuar a expandir os colonatos ilegais na Cisjordânia ocupada, e insta Israel a revogar essas decisões.
22. O Conselho Europeu manifesta a sua preocupação com o aumento das tensões na região, nomeadamente ao longo da Linha Azul, e com a crescente destruição e a deslocação forçada de civis de ambos os lados da fronteira israelo-libanesa. Em conformidade com a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU, o Conselho Europeu insta todos os intervenientes a darem provas de contenção, evitarem uma nova escalada e envidarem esforços diplomáticos internacionais. O Conselho Europeu condena, com a maior veemência possível, quaisquer ameaças dirigidas contra Estados-Membros da UE, as quais também contribuem para a escalada, e reafirma a sua solidariedade inabalável para com os Estados-Membros. O Conselho Europeu convida a Comissão e o alto representante a levarem por diante os trabalhos relativos ao reforço do apoio da UE ao Líbano, inclusive às Forças Armadas Libanesas e à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL).

23. A União Europeia reitera o seu empenho inabalável numa paz duradoura e sustentável, conforme com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e baseada na solução em que dois Estados – o Estado de Israel e um Estado da Palestina independente, democrático, contínuo, soberano e viável – coexistem lado a lado, em condições de paz, segurança e reconhecimento mútuo. A União Europeia continuará a trabalhar com os parceiros internacionais no sentido de relançar um processo político para o efeito. O Conselho Europeu observa que uma trajetória credível para a condição de Estado para a Palestina é uma componente crucial desse processo político. A União Europeia contribuirá ativamente para um esforço internacional coordenado para reconstruir Gaza. Apoiará igualmente a Autoridade Palestiniana na realização das reformas necessárias e no desenvolvimento de capacidades institucionais. O Conselho Europeu frisa que as ações que enfraquecem a Autoridade Palestiniana têm de cessar e exorta Israel a libertar as receitas de compensação retidas e a tomar as medidas necessárias para assegurar a manutenção dos serviços de correspondência bancária entre os bancos israelitas e palestinianos.

III. SEGURANÇA E DEFESA

24. Recordando as suas conclusões de março de 2024 e, nomeadamente, a necessidade de a Europa reduzir as suas dependências estratégicas, aumentar globalmente a sua prontidão e as suas capacidades em matéria de defesa e reforçar ainda mais a sua base tecnológica e industrial de defesa em conformidade, o Conselho Europeu debateu as necessidades urgentes, imediatas e a médio prazo em matéria de defesa e as iniciativas europeias no domínio da defesa. Realizou igualmente um primeiro debate sobre as opções para mobilizar financiamento para a defesa europeia.
25. O Conselho Europeu convida o Conselho, os Estados-Membros, a Comissão e o alto representante a levarem por diante os trabalhos em todas as vertentes, em consonância com as respetivas competências, em especial sobre:
- as lacunas em termos de capacidades críticas, com base no Plano de Desenvolvimento de Capacidades;
 - a Estratégia Industrial de Defesa Europeia (EIDEUR); e
 - a proposta relativa ao Programa da Indústria de Defesa Europeia (PIDEUR), tendo em vista a sua adoção até meados de 2025.

26. O Conselho Europeu convida a Comissão e o alto representante a apresentarem opções desenvolvidas, a debater pelo Conselho, de financiamento público e privado para reforçar a base tecnológica e industrial de defesa e colmatar as lacunas em termos de capacidades críticas.
27. Além disso, o Conselho Europeu congratula-se com o plano de ação para a segurança e a defesa adotado pelo Grupo do Banco Europeu de Investimento e apela à sua rápida implementação. Exorta o Banco Europeu de Investimento a avaliar e continuar a adaptar, conforme necessário, a sua política de concessão de empréstimos à indústria da defesa, salvaguardando simultaneamente a sua capacidade de financiamento.
28. O que precede não prejudica o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros, e tem em conta os interesses de todos os Estados-Membros em matéria de segurança e defesa, e está em conformidade com os Tratados.

IV. COMPETITIVIDADE

29. No seguimento das suas conclusões de abril de 2024 e das informações da Presidência sobre os trabalhos em prol de um novo pacto para a competitividade europeia, o Conselho Europeu analisou os progressos das iniciativas destinadas a reforçar a competitividade da União, a garantir a sua resiliência económica e a concretizar todo o potencial do mercado único.
30. Em especial no que diz respeito à União dos Mercados de Capitais, o Conselho Europeu exorta o Conselho e a Comissão a acelerarem os trabalhos sobre todas as medidas identificadas, inclusive sobre as propostas pendentes, necessárias para a criação de mercados verdadeiramente integrados, que sejam acessíveis a todos os cidadãos e empresas em toda a União e que beneficiem todos os Estados-Membros. Reitera a urgência e a importância da União dos Mercados de Capitais para a mobilização do volume substancial de investimento privado necessário para enfrentar os desafios que se avizinham.
31. O Conselho Europeu aguarda com expectativa a realização de progressos rápidos e decisivos em todas as vertentes do novo pacto para a competitividade europeia até ao final do ano e continuará a ocupar-se desta questão.

V. OUTROS ASSUNTOS

Migração

32. O Conselho Europeu realizou um debate estratégico sobre a migração e tomou nota da recente carta da presidente da Comissão.

Mar Negro

33. O Conselho Europeu reafirma a importância da segurança e da estabilidade no mar Negro e convida a Comissão e o alto representante a prepararem uma comunicação conjunta sobre a definição de uma abordagem estratégica da UE para o mar Negro.

República da Moldávia

34. A União Europeia continuará a prestar todo o apoio pertinente à República da Moldávia para responder aos desafios que este país enfrenta em consequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, e para reforçar a resiliência, a segurança e a estabilidade do país face às atividades desestabilizadoras da Rússia, nomeadamente no contexto das eleições e do referendo deste outono. O Conselho Europeu saúda os compromissos bilaterais assumidos por Estados-Membros no sentido de apoiar a Missão de Parceria da União Europeia (EUPM Moldávia), a fim de reforçar a resiliência do setor da segurança.
35. O Conselho Europeu congratula-se com a adoção do quadro de negociação e com a realização da primeira Conferência Intergovernamental sobre a adesão da República da Moldávia. A União Europeia continuará a trabalhar em estreita colaboração com a República da Moldávia e a apoiar os seus esforços de reforma na sua trajetória europeia.

Geórgia

36. O Conselho Europeu manifesta a sua profunda preocupação com os recentes desenvolvimentos na Geórgia. Em especial, a lei adotada sobre a transparência da influência estrangeira representa um retrocesso nas etapas enunciadas na recomendação da Comissão relativa ao estatuto de candidato. O Conselho Europeu apela às autoridades da Geórgia para que clarifiquem as suas intenções invertendo a atual linha de ação, que põe em perigo a trajetória da Geórgia rumo à adesão à UE, conduzindo de facto a uma interrupção do processo de adesão.
37. O Conselho Europeu apela ao fim dos crescentes atos de intimidação, ameaças e agressões físicas contra representantes da sociedade civil, dirigentes políticos, ativistas civis e jornalistas na Geórgia. Recorda que o respeito pelos valores e princípios em que assenta a União Europeia é essencial para qualquer país que aspire a tornar-se membro.
38. O Conselho Europeu apela às autoridades georgianas para que garantam que as eleições legislativas deste outono sejam livres e justas e exorta a uma observação eleitoral substancial de curto e longo prazo por parte dos parceiros. Continuará a acompanhar de perto a situação.
39. O Conselho Europeu reafirma o seu apoio inabalável à integridade territorial da Geórgia. Reitera a sua firme solidariedade para com o povo georgiano e a sua disponibilidade para continuar a apoiar os georgianos na sua trajetória rumo a um futuro europeu.

Ameaças híbridas

40. O Conselho Europeu condena veementemente todos os tipos de atividades híbridas, que estão a aumentar e têm por alvo a União Europeia, os seus Estados-Membros e os seus parceiros, incluindo a intimidação, a sabotagem, a subversão, a manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros, a desinformação, as ciberatividades mal-intencionadas e a instrumentalização dos migrantes por parte de países terceiros. A Rússia intensificou a sua campanha com novas operações ativas em solo europeu. A União Europeia e os Estados-Membros reagirão a essas ações com uma resposta unida e determinada.

41. Em resposta às ações desestabilizadoras da Rússia no estrangeiro, o Conselho Europeu reitera o seu apelo à prossecução dos trabalhos no Conselho no sentido de estabelecer um novo regime de sanções. A União Europeia continuará também a trabalhar em estreita colaboração com os parceiros tendo em vista detetar e combater as atividades híbridas de países terceiros, incluindo as falsas narrativas e a desinformação.

Luta contra o antissemitismo, o racismo e a xenofobia

42. O Conselho Europeu reitera a sua condenação, com a maior veemência possível, de todas as formas de antissemitismo, ódio, intolerância, racismo e xenofobia, incluindo o ódio antimuçulmano.

VI. PRÓXIMO CICLO INSTITUCIONAL

Nomeações

43. O Conselho Europeu elegeu António Costa como presidente do Conselho Europeu para o período compreendido entre 1 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2027 e solicitou à secretária-geral do Conselho que prestasse assistência ao presidente eleito do Conselho Europeu no período de transição.
44. O Conselho Europeu congratulou-se com a decisão dos chefes de Estado ou de Governo das partes contratantes no Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária cuja moeda é o euro de nomear António Costa como presidente da Cimeira do Euro para o período compreendido entre 1 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2027.
45. O Conselho Europeu adotou a decisão que propõe ao Parlamento Europeu Ursula von der Leyen como candidata ao cargo de presidente da Comissão Europeia.
46. O Conselho Europeu considera Kaja Kallas a candidata adequada para o cargo de alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, sob reserva do acordo do presidente eleito da Comissão.

Agenda Estratégica

47. O Conselho Europeu adotou a Agenda Estratégica da União para 2024-2029 constante do anexo.

VII. ROTEIRO PARA OS TRABALHOS FUTUROS EM MATÉRIA DE REFORMAS INTERNAS

48. A fim de tornar a UE mais forte e reforçar a soberania europeia, o Conselho Europeu sublinha a necessidade de levar a cabo, a nível interno, o trabalho de base e as reformas necessários para concretizar as ambições da União a longo prazo e abordar questões fundamentais relacionadas com as suas prioridades e políticas, bem como com a sua capacidade de agir face a uma nova realidade geopolítica e a desafios cada vez mais complexos.
49. Este trabalho deverá avançar em paralelo com o processo de alargamento, uma vez que tanto a União como os futuros Estados-Membros têm de estar prontos no momento da adesão.
50. Para o efeito, o Conselho Europeu estabelece o seguinte roteiro para os trabalhos futuros:
- a) O Conselho Europeu toma nota da Comunicação da Comissão sobre reformas e revisões das políticas antes do alargamento e convida-a a apresentar, até à primavera de 2025, revisões aprofundadas das políticas, que compreendam elementos operacionais, sobre as quatro seguintes vertentes:
 - i) valores, incluindo instrumentos e processos para proteger o Estado de direito;
 - ii) políticas, nomeadamente destinadas a assegurar a competitividade da UE a longo prazo, a sua prosperidade e a sua liderança na cena mundial e a fortalecer a sua soberania estratégica;
 - iii) orçamento, nomeadamente no contexto das próximas negociações sobre o quadro financeiro plurianual, relativamente ao qual será apresentada uma proposta até 1 de julho de 2025; e
 - iv) governação.
 - b) O Conselho Europeu toma nota do relatório intercalar da Presidência sobre o futuro da Europa. Exorta o Conselho a levar por diante os trabalhos e a apresentar, até junho de 2025, um relatório de seguimento que reflita sobre estas quatro vertentes.
51. O Conselho Europeu analisará os progressos realizados em junho de 2025 e dará novas orientações, na medida do necessário.

Agenda Estratégica 2024-2029

A União Europeia foi fundada no imperativo de garantir a paz na Europa, com base na cooperação, na solidariedade e na prosperidade económica comum. Esta promessa inicial continua a orientar-nos e serve de base para as nossas prioridades em prol de uma Europa forte e soberana.

O panorama político mundial está a ser remodelado pela concorrência estratégica, pela crescente instabilidade mundial e pelas tentativas de comprometer a ordem internacional assente em regras. A Rússia trouxe a guerra de volta ao nosso continente. Na nossa vizinhança, a situação no Médio Oriente é dramática. O nosso ambiente natural enfrenta danos e perturbações crescentes devido às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à poluição. O rápido desenvolvimento de novas tecnologias traz oportunidades e potenciais riscos.

Estes desafios sem precedentes levaram-nos a abrir novos caminhos na nossa cooperação e integração nos últimos cinco anos. Juntos, fixámos objetivos fundamentais para combater as alterações climáticas e estabelecemos um quadro ambicioso para a transição digital. Juntos, desenvolvemos e distribuímos vacinas em toda a Europa e mais além e criámos um importante fundo de recuperação em resposta a uma pandemia que afetou as nossas sociedades de formas imprevisíveis. Juntos, protegemos as nossas economias durante a crise energética. E juntos, temos vindo a prestar um apoio militar e económico substancial à Ucrânia para se defender contra a guerra de agressão da Rússia e proteger a segurança europeia. Mas não vamos ficar por aqui. Responderemos ao apelo dos fundadores da União e garantiremos que a criatividade das nossas respostas corresponda à dimensão dos desafios que temos pela frente.

Enquanto União e Estados-Membros, combinaremos os nossos pontos fortes e os nossos recursos para enfrentar os próximos anos com unidade e determinação. Atenderemos às aspirações dos nossos cidadãos. Reforçaremos a nossa competitividade e tornar-nos-emos o primeiro continente com impacto neutro no clima, assegurando o êxito das transições climática e digital, sem deixar ninguém para trás. Enfrentaremos os desafios da migração. Assumiremos a responsabilidade necessária pela nossa segurança e defesa e reforçaremos a nossa capacidade de agir para defender os nossos interesses e para nos tornarmos mais influentes no mundo. Assumiremos a liderança na resposta aos desafios mundiais, defendendo o direito e as instituições internacionais, uma governação mundial justa, um multilateralismo inclusivo e um crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

Para realizarmos as nossas ambições, contaremos com o impulso de economias sociais de mercado fortes e competitivas. No mundo hipercompetitivo de hoje, temos de libertar o espírito empresarial europeu. A Europa é um continente de fazedores, de criadores e de inovadores. Confiar nas nossas empresas para transformar os riscos em oportunidades estimulará o investimento, impulsionará o crescimento económico e fará da Europa líder mundial em indústrias e tecnologias ecológicas e digitais.

Os nossos valores e o Estado de direito são a nossa bússola, tanto a nível interno como externo. São o alicerce de uma União mais forte, mais próspera e mais democrática para os nossos cidadãos.

O Conselho Europeu acorda nas prioridades a seguir enunciadas e convida o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão a implementá-las durante o próximo ciclo institucional, respeitando o equilíbrio institucional dos poderes estabelecido nos Tratados e os princípios da atribuição, da subsidiariedade e da proporcionalidade. O próximo quadro financeiro plurianual da União terá de refletir estas prioridades, assegurando que o orçamento da UE está preparado para o futuro e que são dadas respostas europeias aos desafios europeus. A este respeito, trabalharemos no sentido da introdução de novos recursos próprios.

Uma Europa livre e democrática

Defender os valores europeus no seio da União

Os nossos valores são a nossa força. Protegeremos e promoveremos os nossos valores fundadores – respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias – que continuam a ser a pedra angular da nossa União.

Promoveremos e salvaguardaremos o respeito pelo Estado de direito, que constitui a base da cooperação europeia, defendendo os princípios da objetividade, da não discriminação e da igualdade de tratamento dos Estados-Membros. Reforçaremos a nossa resiliência democrática, nomeadamente aprofundando a participação dos cidadãos, protegendo a liberdade e o pluralismo dos média e da sociedade civil, combatendo as ingerências estrangeiras e lutando contra as tentativas de desestabilização, que passam, nomeadamente, pela desinformação e pelo discurso de ódio. Reforçaremos o discurso democrático e asseguraremos que os gigantes tecnológicos assumam a sua responsabilidade de salvaguardar o diálogo democrático em linha. Promoveremos a nossa diversidade e o nosso património culturais.

Honrar os nossos valores a nível mundial

A União Europeia continuará a ser o maior apoiante da ordem jurídica internacional, defendendo firmemente as Nações Unidas e os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas. Em especial, a União Europeia prosseguirá os seus esforços para promover, em todas as instâncias internacionais, a paz, a justiça e a estabilidade mundiais, bem como a democracia, os direitos humanos universais e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Procuraremos reformar o sistema multilateral, tornando-o mais inclusivo e mais eficaz.

Uma Europa forte e segura

Assegurar uma ação externa coerente e influente

O mundo que nos rodeia tornou-se mais conflituoso, mais transacional e mais incerto. Adaptar-nos-emos às circunstâncias em constante evolução, afirmando a ambição e o papel da União Europeia como interveniente estratégico a nível mundial no novo contexto geopolítico multipolar.

A invasão em grande escala da Ucrânia é também um ataque a uma Europa livre e democrática. A União Europeia estará ao lado da Ucrânia na luta deste país para manter a sua independência e soberania e recuperar a sua integridade territorial dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Apoiaremos igualmente a sua reconstrução e a busca de uma paz justa.

Intensificaremos o nosso trabalho no sentido de promover a segurança, a estabilidade, a paz e a prosperidade na nossa vizinhança e mais além.

Colaboraremos estreitamente com os parceiros e desenvolveremos parcerias estratégicas mutuamente benéficas para enfrentar desafios comuns. Mobilizaremos as políticas internas e externas da UE no interesse da União, de forma bem coordenada.

Reforçar a nossa segurança e defesa e proteger os nossos cidadãos

A Europa tem de ser um lugar onde as pessoas sejam e se sintam livres e seguras. A União Europeia e os Estados-Membros tomaram medidas audaciosas para reforçar a prontidão e a capacidade da União em matéria de defesa, incluindo um aumento das despesas com a defesa. No futuro, investiremos substancialmente mais e melhor em conjunto, reduziremos as nossas dependências estratégicas, desenvolveremos as nossas capacidades e reforçaremos a base tecnológica e industrial de defesa europeia em conformidade.

O reforço da nossa segurança exige uma base económica sólida. Mobilizaremos os instrumentos necessários para reforçar a nossa segurança e a proteção dos nossos cidadãos e para responder a novas ameaças emergentes. Reforçaremos a interoperabilidade entre as forças armadas europeias. Melhoraremos urgentemente as condições para desenvolver a indústria europeia da defesa, criando um mercado europeu da defesa mais bem integrado e promovendo a contratação pública conjunta. Acolhemos favoravelmente projetos emblemáticos e iniciativas de defesa dos Estados-Membros. Melhoraremos o acesso ao financiamento público e privado, explorando todas as opções, nomeadamente através do reforço do papel de catalisador do Grupo do Banco Europeu de Investimento.

Uma União Europeia mais forte e mais capaz no domínio da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e é complementar da OTAN, que, para os Estados que são membros desta organização, continua a ser a base da sua defesa coletiva. Cooperaremos com os parceiros transatlânticos e a OTAN, no pleno respeito dos princípios estabelecidos nos Tratados e pelo Conselho Europeu, sem prejuízo do carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros e tendo em conta os interesses de segurança e defesa de todos os Estados-Membros.

Para reforçar a segurança dentro da União, lutaremos contra a criminalidade em linha e fora de linha e preveniremos e combateremos a corrupção, utilizando todos os instrumentos de cooperação policial e judiciária da nossa União. Lutaremos com determinação contra a criminalidade organizada e interromperemos o fluxo de lucros ilícitos provenientes de atividades criminosas transfronteiras. Lutaremos contra as tentativas de semear a divisão, a radicalização, o terrorismo e o extremismo violento.

A União Europeia reforçará a sua resiliência, preparação e capacidade de prevenção de crises e resposta a situações de crise, numa abordagem multiriscos e extensiva a toda a sociedade, para proteger os nossos cidadãos e as nossas sociedades contra diferentes crises, incluindo catástrofes naturais e emergências sanitárias. Intensificaremos a nossa resposta coletiva à ciberguerra, à guerra híbrida, à manipulação e ingerência por parte de agentes estrangeiros e às ameaças às nossas infraestruturas críticas. Prestaremos especial atenção ao reforço da resiliência da sociedade.

Preparar uma União maior e mais forte

A nova realidade geopolítica vem sublinhar a importância do alargamento enquanto investimento geoestratégico na paz, na segurança, na estabilidade e na prosperidade. Há um novo dinamismo no processo de alargamento. Tanto a UE como os aspirantes a membros têm agora a responsabilidade de tirar o máximo partido desta oportunidade e de o comunicar claramente.

A União Europeia seguirá uma abordagem da adesão baseada no mérito, com incentivos concretos. Apoiará os aspirantes a membros no cumprimento dos critérios de adesão através de instrumentos adequados, e utilizará todas as possibilidades para continuar a fazer avançar a sua integração gradual. Incentivará igualmente os esforços de reforma, nomeadamente no que diz respeito ao Estado de direito, bem como a integração regional, as relações de boa vizinhança, a reconciliação e a resolução de litígios bilaterais.

Paralelamente, a União Europeia empreenderá as reformas internas necessárias para assegurar que as nossas políticas estejam preparadas para o futuro e sejam financiadas de forma sustentável, e que as instituições da UE continuem a funcionar e a atuar de forma eficaz.

Prosseguir uma abordagem abrangente da migração e da gestão de fronteiras

Garantir que os cidadãos podem circular livremente na UE é uma realização fundamental da União Europeia e exige o bom funcionamento do espaço Schengen. Esta liberdade implica a responsabilidade partilhada de cumprir e aplicar as nossas obrigações comuns e de proteger eficazmente as fronteiras externas da UE. Trata-se de uma condição prévia para garantir a segurança e preservar a ordem pública, em consonância com os nossos princípios e valores.

Através da sua abordagem baseada em parcerias abrangentes, a União Europeia continuará a cooperar de forma mutuamente benéfica com os países de origem e de trânsito. Juntos, enfrentaremos os desafios a longo prazo da migração irregular e as suas causas profundas e trabalharemos nos regressos. Exploraremos igualmente as oportunidades de migração, inclusive através de vias legais. Lutaremos contra as redes de introdução clandestina de migrantes e desmantelaremos o modelo de negócio daqueles que lucram com este comércio desumano. Estudaremos novas formas de prevenir e combater a migração irregular. Encontraremos soluções comuns para a ameaça que a instrumentalização da migração representa para a segurança.

Uma Europa próspera e competitiva

Reforçar a nossa competitividade

Estamos determinados a reforçar a base da nossa competitividade a longo prazo e a melhorar o bem-estar económico e social dos cidadãos. Trabalharemos no sentido de aumentar o seu poder de compra, criar empregos de qualidade e assegurar a qualidade dos bens e serviços na Europa. Reforçaremos a nossa soberania em setores estratégicos e tornaremos a Europa uma potência tecnológica e industrial, promovendo simultaneamente uma economia aberta. Colmataremos os nossos défices de crescimento, produtividade e inovação em relação aos parceiros internacionais e aos principais concorrentes. Tal exige um importante esforço de investimento coletivo, que mobilize financiamento público e privado, nomeadamente através do Banco Europeu de Investimento.

O nosso maior trunfo neste esforço é o mercado único, o motor a longo prazo da prosperidade e da convergência que permite economias de escala. Por conseguinte, continuaremos a aprofundá-lo, nomeadamente nos domínios da energia, das finanças e das telecomunicações. Eliminaremos os obstáculos remanescentes, em especial no que diz respeito aos serviços e aos bens essenciais, e garantiremos a igualdade de acesso ao mercado único através de uma melhor conectividade. Garantiremos um quadro equilibrado e eficaz em matéria de auxílios estatais e de concorrência, a fim de preservar a integridade do mercado único e condições de concorrência equitativas. As PME continuarão a ser fundamentais para o tecido económico e social europeu.

A fim de desbloquear o potencial de investimento necessário, aceleraremos a integração financeira realizando a União dos Mercados de Capitais e concluindo a União Bancária. Criaremos mercados de capitais europeus verdadeiramente integrados, que sejam acessíveis e atrativos para todos os cidadãos e empresas e beneficiem todos os Estados-Membros.

Tirando partido da nossa experiência, não permitiremos que os nossos mercados abertos sejam comprometidos. Promoveremos fortemente o papel central da OMC e seguiremos uma política comercial ambiciosa, robusta, aberta e sustentável que permita a celebração de acordos de comércio justos, abra os mercados dos países terceiros às empresas da UE, defenda os interesses da UE, permita o desenvolvimento de cadeias de abastecimento resilientes e fiáveis, garanta condições de concorrência verdadeiramente equitativas e crie oportunidades de acesso recíproco aos mercados. Reforçaremos a nossa segurança económica, reduziremos as dependências prejudiciais e diversificaremos e protegeremos as cadeias de abastecimento estratégicas, nomeadamente através do reforço da nossa segurança marítima. Desenvolveremos a nossa própria capacidade em setores sensíveis e tecnologias essenciais do futuro, como a defesa, o espaço, a inteligência artificial, as tecnologias quânticas, os semicondutores, o 5G/6G, a saúde, as biotecnologias, as tecnologias neutras em carbono, a mobilidade, os produtos farmacêuticos, os produtos químicos e os materiais avançados. A promoção da inovação e da investigação, bem como a mobilização de instrumentos como a contratação pública, são cruciais neste esforço.

Assegurar o êxito da dupla transição ecológica e digital

Na nossa trajetória rumo à neutralidade climática até 2050, seremos pragmáticos e exploraremos o potencial da transição ecológica e digital para criar os mercados, as indústrias e os empregos de alta qualidade do futuro. Proporcionaremos um quadro estável e previsível e criaremos um ambiente mais favorável ao aumento da capacidade da Europa para fabricar tecnologias e produtos neutros em carbono. Investiremos em vastas infraestruturas transfronteiriças para a energia, a água, os transportes e as comunicações.

Procuraremos concretizar uma transição climática justa e equitativa, com o objetivo de manter a nossa competitividade a nível mundial e aumentar a nossa soberania energética. Ao acelerar a transição energética, construiremos uma verdadeira União da Energia, assegurando o aprovisionamento de energia abundante, a preços comportáveis e limpa. Tal exigirá uma eletrificação ambiciosa, que recorra a todas as soluções neutras em carbono e hipocarbónicas, bem como investimentos em redes, armazenamento e interligações. Desenvolveremos uma economia mais circular e eficiente em termos de recursos, impulsionando o desenvolvimento industrial de tecnologias limpas, tirando pleno partido dos benefícios da bioeconomia e adotando uma mobilidade limpa e inteligente com infraestruturas de rede adequadas. Tal aumentará o rendimento real e o poder de compra, melhorando assim o nível de vida de todos os cidadãos da UE.

Tiraremos partido do potencial inexplorado dos dados, promoveremos a interoperabilidade dos dados e incentivaremos o investimento em tecnologias digitais revolucionárias na Europa, fazendo avançar a sua aplicação em toda a economia e assegurando simultaneamente a privacidade e a segurança. Para tal, serão necessárias infraestruturas digitais de ponta. Com base na identidade digital da UE, criaremos novos serviços eletrónicos de elevada qualidade à escala da UE.

A União Europeia promoverá um setor agrícola competitivo, sustentável e resiliente, que continue a garantir a segurança alimentar. Trabalharemos em prol de comunidades rurais dinâmicas e reforçaremos a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. Continuaremos a proteger a natureza e a inverter a degradação dos ecossistemas, incluindo os oceanos. Reforçaremos a resiliência hídrica em toda a União.

Promover um ambiente favorável à inovação e às empresas

Numa economia cada vez mais baseada no conhecimento e nos dados, e num mercado global e competitivo, a Europa acompanhará, fomentará e desenvolverá as suas empresas e a sua indústria, atrairá e reterá talentos e continuará a ser um local atrativo para o investimento.

Reforçaremos a capacidade de investigação e inovação da Europa em tecnologias emergentes e facilitadoras, inclusive para a dupla utilização. Para alcançar uma robustez industrial em setores-chave, é igualmente necessário que a União salvaguarde a concorrência leal, combata as práticas desleais e assegure condições de concorrência equitativas, tanto a nível interno como a nível mundial.

Para que as empresas possam prosperar, reduziremos de forma ambiciosa os encargos burocráticos e regulamentares a todos os níveis, e simplificaremos, aceleraremos e digitalizaremos os procedimentos administrativos, inclusive de concessão de licenças, a fim de satisfazer as necessidades de um ambiente de investimento moderno, dinâmico e favorável aos consumidores. Comprometemo-nos a melhorar a legislação, nomeadamente utilizando da melhor forma a administração pública digital e tendo em conta as necessidades das PME e das empresas em fase de arranque. Trabalharemos de forma integrada, coordenada e coerente em todos os domínios de intervenção e daremos especial atenção à aplicação e execução das políticas acordadas.

Avançar juntos

O crescimento económico deve beneficiar todos os cidadãos. Defenderemos a dimensão social da União Europeia para que todos possam aproveitar as oportunidades oferecidas pela transição ecológica e digital. Abordaremos de forma abrangente os desafios demográficos e o seu impacto na competitividade, no capital humano e na igualdade. Garantiremos que o modelo económico europeu e os sistemas europeus de proteção social apoiem uma sociedade da longevidade próspera. Neste contexto, reforçaremos ainda mais a cooperação no domínio da saúde a nível europeu e internacional e melhoraremos o acesso aos medicamentos em toda a União.

Investiremos nas competências, na formação e na educação das pessoas ao longo das suas vidas e incentivaremos a mobilidade de talentos dentro e fora da União Europeia. Recordando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a UE e os Estados-Membros procurarão reforçar o diálogo social, defender a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades. O aumento da participação no mercado de trabalho e a promoção do emprego dos jovens serão de importância fundamental nos próximos anos.

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da UE, reforçaremos a coesão económica, social e territorial, tendo em vista uma convergência ascendente contínua, reduzindo as disparidades, aumentando a nossa resiliência e a nossa competitividade e estimulando o crescimento a longo prazo em toda a União.

O nosso destino está nas nossas mãos. Temos o talento, a coragem e a visão para moldar com êxito o nosso futuro. A presente Agenda Estratégica é o nosso compromisso conjunto de servir inequivocamente os nossos cidadãos e cumprir o nosso objetivo fundador de paz e prosperidade.